

**PARA A CRÍTICA DA
FILOSOFIA DO DIREITO
DE HEGEL**



Karl MARX

Tradutor:
Artur Morão

www.lusosofia.net





LUSOSofia:press

Covilhã, 2008

FICHA TÉCNICA

Título: *Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*

Autor: Karl Marx

Colecção: Textos Clássicos LusoSofia

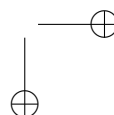
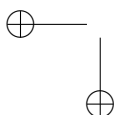
Direcção: José Rosa & Artur Morão

Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: José M. S. Rosa

Universidade da Beira Interior

Covilhã, 2008





Apresentação

Escrito entre o Outono de 1843 e Janeiro de 1844, o ensaio *Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie* [Para a crítica da filosofia do direito de Hegel] foi publicado neste mesmo ano nos *Deutsch-Französische Jahrbücher* [Anais franco-alemães], editados por Karl Marx e Arnold Ruge em Paris.

De certo modo, o gérmen da filosofia marxiana está já presente nestas fulminantes páginas do jovem filósofo; mas sente-se ainda a ausência de uma análise factual das situações concretas; em compensação surge já bem delineado o conceito de ‘alienação’, aqui aplicado à compreensão da religião que Marx foi buscar a L. Feuerbach, e que entretanto também já aplicara ao mundo do trabalho nos *Manuscritos económico-filosóficos*.

Assomam igualmente alguns rasgos típicos do seu estilo: o uso de metáforas fortes, o gosto da retorção das frases para realçar o contraste das ideias, a antítese iluminadora, o recurso à anáfora para fazer repercutir a premência do argumento, o discurso em catadupa para acentuar a denúncia das contradições, o expediente dos paralelismos para fornecer um recorte mais incisivo dos contrastes entre posições antagónicas. Acima de tudo, o fogo interior, a paixão quase profética e, por vezes, o tom oracular, que nunca desaparecerá de todo da escrita de Marx e se manifestará também no *Manifesto do partido comunista*.

Da religião não se falará muito mais na sua obra restante, pois ele considera que a crítica relativa à mesma já está realizada – como se afirma logo no início deste ensaio. Mas frisa-se a sua função como expressão da miséria social, como protesto, como consolação embora ilusória, como uma inversão do comprometimento real na vida concreta. Curioso é que, no final deste tão interessante



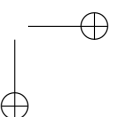
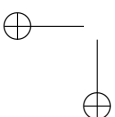


escrito, de modo contraditório e algo fantasmático, Marx aplique (sem o nomear) à classe trabalhadora o esquema isaiano do Servo sofrendor (*Is 53*). Jamais é bastante a lucidez intelectual, porque Marx também é, em parte, responsável por um dos grandes mitos da última modernidade: a onnipotência do político – uma esperança que jaz hoje desfeita em cacos, após as experiências tenebrosas do século XX.

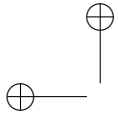
Mais importante é o tema da *práxis*, que aqui começa a aparecer. Expressa-se na doutrina que realça o vínculo essencial e indirimível entre a teoria e as outras práticas e funções sociais, entre a postura crente ou filosófica e a política; e que leva igualmente à profunda sugestão de que todo o pensamento (mesmo o mais íntimo) tem algo de político, devido às suas consequências e ao seu poder configurador da existência humana, na qual se não pode nem deve admitir uma cesura plena entre *theoria* e *práxis*. Na esteira de Feuerbach, sublinha-se aqui o núcleo antropológico da teologia e da fé religiosa; por isso, ao jeito marxiano – e devido a uma certa ironia que habita todo o pensamento – poderia talvez retorcer-se o discurso e afirmar que, no fundo do praticismo ocidental e dos marxismos que partiram de Marx, decididamente profanos, deambulam ainda espectros teológicos!

Conclusão: o texto presente é para todos, crentes, ateus ou agnósticos! Anátema – imitemos o tom do filósofo! – para quem, displicentemente, o tente ou pretenda ignorar!

Artur Morão







Para a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel

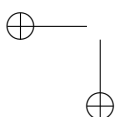
Karl MARX

INTRODUÇÃO

No caso da Alemanha, a crítica da religião foi em grande parte completada; e a crítica da religião é o pressuposto de toda a crítica.

A existência *profana* do erro está comprometida, depois que a sua *celestial oratio pro aris et focis* foi refutada. O homem, que na realidade fantástica do céu, onde procurara um ser sobre-humano, encontrou apenas o seu próprio *reflexo*, já não será tentado a encontrar a *aparência* de si mesmo – um ser não humano – onde procura e deve buscar a sua autêntica realidade.

É este o fundamento da crítica irreligiosa: *o homem faz a religião*; a religião não faz o homem. E a religião é, de facto, a auto-consciência e o sentimento de si do homem, que ou ainda não se conquistou ou voltou a perder-se. Mas *o homem* não é um ser abstracto, acorçado fora do mundo. O homem é *o mundo do homem*, o Estado, a sociedade. Este Estado e esta sociedade produzem a religião, uma *consciência invertida do mundo*, porque eles são um *mundo invertido*. A religião é a teoria geral deste mundo, o seu resumo enciclopédico, a sua lógica em forma popular, o seu *point d'honneur* espiritualista, o seu entusiasmo, a sua sanção moral, o seu complemento solene, a sua base geral de consolação e de justificação. É a *realização fantasmal* da essência humana, porque a



essência humana não possui verdadeira realidade. Por conseguinte, a luta contra a religião é indirectamente a luta contra *aquele mundo* cujo *aroma* espiritual é a religião.

A miséria *religiosa* é, ao mesmo tempo, a *expressão* da miséria real e o *protesto* contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o âmago de um mundo sem coração e a alma de situações sem alma. É o *ópio* do povo.

A abolição da religião enquanto felicidade *ilusória* dos homens é a exigência da sua felicidade *real*. O apelo para que eles deixem as ilusões a respeito da sua situação é o *apelo para abandonarem uma situação que precisa de ilusões*. A crítica da religião é, pois, em *germe* a *crítica do vale de lágrimas* de que a religião é a *auréola*. A crítica colheu nas cadeias as flores imaginárias, não para que o homem suporte as cadeias sem fantasia ou sem consolação, mas para que lance fora as cadeias e colha a flor viva. A crítica da religião liberta o homem da ilusão, de modo que ele pense, actue e configure a sua realidade como homem que perdeu as ilusões e recuperou o entendimento, a fim de que ele gire à volta de si mesmo e, assim, à volta do seu verdadeiro sol. A religião é apenas o sol ilusório que gira à volta do homem enquanto ele não gira à volta de si mesmo.

Por isso, a *tarefa da história*, depois que o *além da verdade* se desvaneceu, é estabelecer a *verdade do aquém*¹. A imediata *tarefa da filosofia*, que está ao serviço da história, é desmascarar a auto-alienação humana nas suas *formas não sagradas*, agora que ela foi desmascarada na sua *forma sagrada*. A crítica do céu transforma-se deste modo em crítica da terra, a *crítica da religião* em *crítica do direito*, a *crítica da teologia* em *crítica da política*.

A seguinte exposição² – um contributo para semelhante empreendimento – não se ocupa directamente do original, mas de uma

¹ A contraposição é aqui entre ‘além’ – ‘aquém’, isto é, entre o ‘outro mundo’ e ‘este mundo’, como pressuposto na visão religiosa, sobretudo judeocristã – objecto da crítica marxiana.

² Alusão de Marx ao seu projecto de um escrito crítico da Filosofia do Direito de Hegel, a que estas páginas serviriam de introdução.



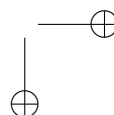
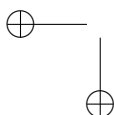
cópia, a *filosofia* alemã do Estado e do direito, pela simples razão de versar sobre a *Alemanha*.

Se se pretendesse começar pelo próprio *status quo* na Alemanha, mesmo da maneira mais adequada, isto é, negativamente, o resultado seria ainda um *anacronismo*. A própria negação do nosso presente político é já um facto poeirento na arrecadação histórica dos povos modernos. Posso negar as perucas empoadas, mas fico ainda com perucas desempoadas. Se nego a situação alemã de 1843 dificilmente chego, segundo a cronologia francesa, ao ano de 1789, e ainda menos ao centro vital do período actual.

A história alemã orgulha-se, de facto, de um movimento que nenhuma outra nação antes realizou ou virá alguma vez a imitar no firmamento histórico. Participámos nas restaurações de povos modernos, sem termos tomado parte nas suas revoluções. Fomos restaurados, primeiro, porque houve nações que ousaram fazer revoluções e, em segundo lugar, porque outras nações sofreram contra-revoluções; no primeiro caso, porque os nossos governantes tiveram medo e, no segundo, porque nada receram. Nós, com os nossos pastores à frente, só uma vez nos encontramos na sociedade da liberdade, no *dia do seu enterro*.

Uma escola que legitima a infâmia de hoje pela infâmia de ontem, uma escola que considera todo o grito do servo sob o látego como grito de rebelião, desde que o látego se tornou um látego venerável pela idade, ancestral e histórico, uma escola à qual a história, como o Deus de Israel ao seu servo Moisés, só mostra o seu *a posteriori*, a *Escola histórica do direito*³, teria, pois, inventado a história alemã, se ela não fosse realmente uma invenção da história

³O corifeu da Escola histórica foi F. K. von Savigny (1719-1861), sobretudo com o seu programa expresso no livro *Vom Beruf unserer Zeit für Gesetzgebung und Rechtswissenschaft* (Da vocação da nossa época para a legislação e a jurisprudência), Heidelberg, 1814. Marx assistiu às suas lições na Universidade de Berlim em 1836-7; atraíram-no mais, porém, as lições de Eduard Gans (1798-1839), hegeliano liberal influenciado por Saint-Simon que, no seu ensino e nos seus escritos, realçava o papel da razão na evolução do direito, além de ser o principal opositor de Savigny em Berlim.



alemã. Um Shylock, mas um Shylock servil, que jura por cada libra de carne cortada do coração do povo, pela sua caução, pela sua caução histórica, pela sua caução germano-cristã.

Em contrapartida, entusiastas bonacheirões, chauvinistas alemães pelo sangue e liberais esclarecidos por reflexão, buscam a nossa história de liberdade para lá da nossa história, nas primitivas florestas teutónicas. Mas qual a diferença da história da nossa liberdade em relação à história da liberdade do javali selvagem, se apenas se encontrar nas florestas? Além disso, como é sabido: o que na floresta se grita, a floresta o ecoa. Por isso, paz às primitivas florestas teutónicas!

Guerra à situação na Alemanha! Sem dúvida! Semelhante situação está abaixo do nível da história, abaixo de toda a crítica; mas continua a ser um objecto da crítica, tal como o cristianismo, que está abaixo do nível da humanidade, continua a ser objecto do carrasco. Na luta contra esta situação, a crítica não é uma paixão da cabeça, mas a cabeça da paixão. Não é um bisturi anatómico, mas uma arma. O seu alvo não é um inimigo que ela procura refutar, mas destruir. Pois o espírito de tal situação já foi refutado. Não é em si e por si um objecto digno do nosso pensamento; é uma existência tão desprezível como desprezada. A crítica já não necessita da ulterior elucidação do seu objecto, porque já chegou a um acordo. A crítica já não é fim em si, mas apenas um meio; a indignação é o seu pathos essencial, e a denúncia a sua principal tarefa. Trata-se de descrever a pressão sufocante que as diferentes esferas sociais exercem umas sobre as outras, o mau humor universal, mas passivo, a estreiteza de espírito complacente, mas que se ilude a si própria; incorporada num sistema de governo que vive pela conservação da indigência e que é a própria indigência no governo.

Que espectáculo! A sociedade encontra-se infinitamente dividida nas mais diversas raças, que se defrontam umas às outras com suas mesquinhas antipatias, má consciência e grosseira mediocridade; e que precisamente por causa da sua situação ambígua e



suspeitosa, são tratadas sem distinção, embora de modos diferentes, como *existências apenas toleradas* pelos *senhores*. E vêem-se forçadas a reconhecer e a admitir o facto de serem *dominadas, governadas e possuídas* como *uma concessão do céu!* Do outro lado encontram-se os próprios governantes, cuja grandeza está numa relação inversa ao seu número!

A crítica que se ocupa deste assunto é a crítica num *combate corpo a corpo*; e semelhante combate não oferece vantagem para saber se o adversário é da mesma categoria, se é nobre *ou interessante* – o que conta é *atingi-lo*. Trata-se de recusar aos Alemães um instante sequer de ilusão e de resignação. A pressão deve ainda tornar-se mais urgente pelo facto de se despertar a consciência dela, e a ignomínia tem ainda de se tornar mais ignominiosa pelo facto de se trazer à luz pública. Cada esfera da sociedade alemã deve descrever-se como a *partie honteuse* da sociedade alemã; e estas condições sociais petrificadas têm de ser compelidas à dança, fazendo-lhes ouvir o canto da sua própria melodia! O povo deve aprender a *aterrar-se* de si mesmo, de modo a ganhar *coragem*. Satisfazer-se-á assim uma imperiosa necessidade da nação alemã, e as necessidades dos povos são justamente as causas finais da sua satisfação.

Mesmo a respeito das nações *modernas*, a luta contra o teor limitado do *status quo* alemão não carece de interesse; para o alemão, o *status quo* constitui a *evidente consumação do ancien régime* e o *ancien régime* é a *imperfeição oculta do Estado moderno*. A luta contra o presente político dos Alemães é a luta contra o passado dos povos modernos, que ainda se vêem continuamente importunados pelas reminiscências do seu passado. Para as nações modernas, é instrutivo ver o *ancien régime*, que na sua história representou uma tragédia, desempenhar um papel *cómico* como espectro alemão. A sua história foi *trágica*, porque era o poder preexistente do mundo, ao passo que a liberdade era uma fantasia pessoal; numa palavra, enquanto acreditou e tinha de acreditar na sua própria legitimidade. Enquanto o *ancien régime*, como ordem



do mundo existente, lutou contra um mundo que estava precisamente a emergir, houve da sua parte um erro histórico, mas não um erro pessoal. O seu declínio, portanto, foi trágico.

Em contrapartida, o actual regime alemão, que é um anacronismo, uma flagrante contradição em face de axiomas universalmente aceites – a nulidade do *ancien régime* revelada a todo o mundo -, supõe apenas que acredita em si e pede a todo o mundo para partilhar a sua ilusão. Se acreditasse na sua própria *natureza*, tentaria ele ocultá-la sob a *aparência* de uma natureza estranha e buscar a salvação na hipocrisia e num sofisma? O moderno *ancien régime* é apenas o *comediante* de uma ordem do mundo cujos *heróis reais* já estão mortos. A história é sólida e passa por muitas fases, ao levar uma formação antiga ao sepulcro. A última fase de uma formação histórico-mundana é a *comédia*. Os deuses gregos, já mortalmente feridos na tragédia de Ésquilo, *Prometeu Agrilhado*, tiveram de suportar uma segunda morte, uma morte cómica, nos diálogos de Luciano. Porque tem a história este curso? Para que a humanidade se separe *alegremente* do seu passado. Reivindicamos este *rejubilante* destino histórico aos poderes políticos da Alemanha.

Mas logo que a crítica se ocupa da *moderna* realidade social e política, logo que a crítica se eleva assim aos autênticos problemas humanos, tem ou de sair do *status quo* alemão ou de apreender o seu objecto *sob* o seu objecto. Um exemplo! A relação da indústria, do mundo da riqueza em geral, ao mundo político, é um dos problemas fundamentais da idade moderna. De que maneira começa este problema a preocupar os Alemães? Sob a forma de *tarifas proteccionistas*, do *sistema de proibição*, da *economia política*. O chauvinismo alemão passou dos homens para a matéria, de modo que um belo dia os nossos cavaleiros do algodão e heróis do ferro se viram metamorfoseados em patriotas. A soberania do monopólio na Alemanha começou a ser reconhecida desde que se começou a atribuir-lhe a *soberania em relação ao exterior*. Por conseguinte, na Alemanha, começa-se por aquilo que na França e



na Inglaterra já chegou ao fim. A ordem antiga e podre, contra a qual estas nações se revoltam teoricamente e que apenas suportam como cadeias, é saudada na Alemanha como a aurora de um futuro glorioso que, até agora, a custo ousa mover-se de uma teoria *astuta*⁴ para uma prática implacável. Enquanto na França e na Inglaterra o problema se põe assim: *economia política* ou o *domínio da sociedade sobre a riqueza*, na Alemanha apresenta-se deste modo: *economia nacional* ou *domínio da propriedade privada sobre a nacionalidade*. Portanto, na Inglaterra e na França trata-se de abolir o monopólio, que se desenvolveu até às últimas consequências, ao passo que na Alemanha se trata de caminhar para as consequências finais do monopólio. Além, trata-se de uma solução; aqui, trata-se apenas de uma colisão. É um exemplo suficiente da forma *alemã* dos problemas modernos, um exemplo de como a nossa história, tal como um recruta principiante, só teve, até agora, de fazer exercícios adicionais em assuntos históricos velhos e banais.

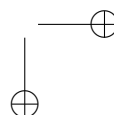
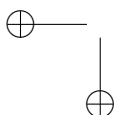
Se a *totalidade* do desenvolvimento alemão não fosse além da evolução *política* alemã, seria impossível que um alemão tivesse mais interesse nos problemas contemporâneos do que um *russo*. Se o indivíduo singular não é coarctado pelas barreiras da nação, ainda menos a nação será libertada através da libertação de um indivíduo. O facto de um cita ter sido um dos filósofos gregos⁵ não capacitou os Citas para dar sequer um passo em direcção à cultura grega.

Felizmente, nós, Alemães, não somos citas.

Assim como os povos do mundo antigo viveram a sua pré-história na imaginação, na *mitologia*, assim nós, Alemães, vivemos

⁴Em alemão, *listigen*; Marx faz aqui um trocadilho com o nome de Friedrich List (1789-1846), o apóstolo do capitalismo industrial numa forma nacionalista e proteccionista, que em 1840 publicou o influente livro *Das nationale System der politischen Ökonomie*.

⁵Anácaris, cita do séc. VI a. C., que viajou muito e terá sido embaixador do seu povo. Este, depois, livrou-se dele, assassinando-o, talvez por causa da sua adesão aos costumes gregos. Terá tido contactos com Sólon e são-lhe atribuídos vários aforismos. Os Cínicos viram nele um “nobre selvagem”, que contrapunham aos cultos e “degenerados” Helénicos.

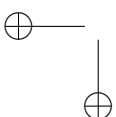


a nossa pós-história no pensamento, na *filosofia*. Somos os contemporâneos *filosóficos* da actualidade, sem sermos os seus contemporâneos *históricos*. A filosofia alemã constitui o *prolongamento ideal* da história alemã. Por isso, ao criticarmos, em vez das *oeuvres incomplètes* da nossa história real, as *oeuvres posthumes* da nossa história ideal, a *filosofia*, a nossa crítica está no centro dos problemas acerca dos quais a época actual afirma: *that is the question*. O que nos povos mais avançados constitui uma ruptura *prática* com as modernas condições políticas é, na Alemanha, onde estas condições ainda não existem, um corte *crítico* com o reflexo filosófico destas condições.

A filosofia alemã do direito e do Estado é a única *história alemã* que está *al pari* com a época moderna *oficial*. O povo alemão vê-se, pois, obrigado a ligar a sua história onírica com as condições existentes e a sujeitar à crítica não só estas condições existentes, mas também a sua continuação abstracta. O seu futuro não pode *restringir-se*, nem à negação directa das suas circunstâncias jurídicas e políticas reais, nem à imediata realização das suas circunstâncias jurídicas e políticas ideais, pois que a negação directa das suas circunstâncias reais já existe nas circunstâncias ideais, enquanto ela quase *sobreviveu* à realização das suas circunstâncias ideais na contemplação dos povos vizinhos. É com razão, pois, que o partido político *prático* na Alemanha exige a *negação da filosofia*. O seu erro não consiste em formular tal exigência, mas em limitar-se a uma exigência que ele não leva, nem pode levar a cabo. Crê que é capaz de realizar esta negação voltando as costas à filosofia, de cabeça virada par outro lado – murmurando umas quantas frases triviais e mal-humoradas. Devido à sua tacanha maneira de ver, não considera a filosofia como parte da realidade *alemã* e considera até a filosofia como *abaixo* do nível da vida prática alemã e das teorias que a servem. Como ponto de partida exige-se o *real germe de vida*, mas esquece-se de que o real germe de vida do povo alemão só nasceu, até agora, no seu *crânio*. Em suma, *é impossível abolir a filosofia sem a realizar*.



O mesmo erro foi cometido, mas em sentido *oposto*, pela facção *teórica* que se originou na filosofia. Na presente luta, esta facção viu *apenas* o *combate crítico da filosofia contra o mundo alemão*; não considerou que também a *anterior filosofia* pertence a este mundo e constitui o seu *complemento*, embora seja apenas um complemento ideal. Crítica no que respeita à sua contraparte, é acrítica em relação a si própria. Tomou como ponto de partida os *pressupostos* da filosofia; e ou aceitou as conclusões a que a filosofia chegara, ou apresentou como exigências e conclusões filosóficas imediatas exigências e conclusões que derivou de qualquer outro campo. Mas estas – supondo que são legítimas – só podem obter-se mediante a *negação da filosofia anterior*, isto é, da filosofia enquanto filosofia. Fornecemos, à frente, uma descrição mais pormenorizada desta facção. O seu principal defeito pode resumir-se assim: *pensou que poderia realizar a filosofia, sem a abolir*. A crítica da *filosofia alemã do direito e do Estado*, que teve a mais lógica, profunda e completa expressão em *Hegel*, surge ao mesmo tempo como a análise crítica do Estado moderno e da realidade a ele associada e como a negação definitiva de todas as anteriores *formas de consciência na jurisprudência e na política alemã*, cuja expressão mais distinta e mais geral, elevada a *ciência*, é precisamente a *filosofia especulativa do direito*. Só na Alemanha era possível a filosofia especulativa do direito, este *pensamento* extravagante e abstracto acerca do Estado moderno, cuja realidade permanece no além, mesmo se este além fica apenas no outro lado do Reno; o representante *alemão* do Estado moderno, pelo contrário, que não toma em linha de conta o *homem real*, só foi possível porque e na medida em que o próprio Estado moderno abstrai do *homem real* ou unicamente satisfaz o homem *total* de maneira ilusória. Em política, os Alemães *pensaram* o que os outros povos *fizeram*. A Alemanha foi a sua *consciência teórica*. A abstracção e a presunção do seu pensamento ia a passo com o carácter unilateral e atrofiado da sua realidade. Se, pois, o *status quo* do *sistema político alemão* exprime a *consumação* do *ancien régime*, o cum-



primento do espinho na carne do Estado moderno, o *status quo* da ciência política alemã exprime a *imperfeição do Estado moderno* em si, a degenerescência da sua carne.

Já como adversário decidido da anterior forma de consciência política alemã, a crítica da filosofia especulativa do direito se não perde em si mesma, mas mergulha em *tarefas* que só podem ser resolvidas por um único meio: a *práxis*.

Surge então a questão: pode a Alemanha chegar a uma *práxis* à *la hauteur des principes*, quer dizer, uma revolução que a elevará não só ao *nível oficial* dos povos modernos, mas ao *nível humano*, que será o futuro imediato destes povos?

A arma da crítica não pode decerto substituir a crítica das armas; a força material só será derrubada pela força material; mas a teoria em si torna-se também uma força material quando se apodera das massas. A teoria é capaz de se apossar das massas ao demonstrar-se *ad hominem*, e demonstra-se *ad hominem* logo que se torna radical. Ser radical é agarrar as coisas pela raiz. Mas, para o homem, a raiz é o próprio homem. O que demonstra, fora de toda a dúvida, o radicalismo da teoria alemã, e deste modo a sua energia prática, é o facto de começar pela decidida abolição *positiva* da religião. A crítica da religião termina com a doutrina de que o *homem é para o homem o ser supremo*. Termina, por conseguinte, com o *imperativo categórico de derrubar todas as condições* em que o homem surge como um ser humilhado, escravizado, abandonado, desprezível – condições que dificilmente se exprimirão melhor do que na exclamação de um francês, por altura da proposta de imposto sobre cães: “Pobres cães! Já vos querem tratar como homens!”

Mesmo do ponto de vista histórico, a emancipação teórica possui uma importância especificamente prática para a Alemanha. De facto, o passado *revolucionário* da Alemanha é teórico – é a *Reforma*. Assim como a revolução surgiu então no cérebro de um *monge*, assim começa hoje no cérebro do *filósofo*. Lutero venceu, sem dúvida, a servidão pela *devoção*, mas porque pôs no seu lu-



gar a escravidão mediante a *convicção*. Abalou a fé na autoridade, porque restaurou a autoridade da fé. Transformou os padres em leigos, mudando os leigos em padres. Libertou o homem da religiosidade exterior, fazendo da religiosidade a essência mais íntima do homem. Libertou o corpo das suas cadeias, porque com cadeias acorrentou o coração.

Mas, embora o protestantismo não fosse a verdadeira solução, pôs pelo menos o problema de modo correcto. Já não se tratava, pois, da luta do leigo com o *padre fora dele*, mas da luta contra o seu *próprio padre interior*, contra a sua *natureza sacerdotal*. E se a metamorfose protestante dos leigos alemães em padres emancipou os papas-leigos – os *príncipes*, juntamente com o clero, os privilegiados e os filisteus -, a metamorfose filosófica dos alemães eclesiásticos em homens emancipará o povo. Mas, assim como a emancipação se não confinará aos príncipes, também a *secularização* dos bens se não restringirá à *confiscação da propriedade da Igreja*, que foi sobretudo praticada pela hipócrita Prússia. Nesse tempo, a Guerra dos Camponeses, o mais radical acontecimento na história alemã, malogrou-se por causa da teologia. Hoje, que a teologia sofreu um desastre, o fenómeno menos independente na história alemã – o nosso *status quo* – será abalado pela filosofia. Na véspera da Reforma, a Alemanha oficial era a mais incondicional servidora de Roma. Na véspera da sua revolução, a Alemanha é incondicional servidora dos que são inferiores a Roma: da Prússia e da Áustria, de fidalgos mesquinhos e de filisteus. Parece, porém, que uma revolução *radical* na Alemanha irá embater numa grande dificuldade.

As revoluções precisam de um elemento *passivo*, de uma base *material*. A teoria só se realiza num povo na medida em que for a realização das suas necessidades. Corresponderá à monstruosa discrepância entre as exigências do pensamento alemão e as respostas da realidade alemã uma discrepância semelhante entre a sociedade civil e o Estado, no interior da própria sociedade civil? Serão as necessidades teóricas directamente necessidades práticas? Não basta





que o pensamento instigue a realizar-se; a realidade deve igualmente compelir ao pensamento.

Mas a Alemanha não atravessou ao mesmo tempo que os povos modernos o estádio intermédio da emancipação política. Não atingiu ainda na prática os estádios que já ultrapassou na teoria. Como poderia a Alemanha, em *salto mortale*, superar não só as suas próprias barreiras, mas também as dos povos modernos, isto é, as barreiras que na realidade tem de experimentar e atingir como uma emancipação das suas próprias barreiras reais? Uma revolução radical só pode ser a revolução de necessidades reais, para a qual parecem faltar os pressupostos e o campo de cultivo.

Mas se a Alemanha acompanhou a evolução dos povos modernos apenas através da actividade abstracta do pensamento, sem tomar parte activa nas lutas reais desta evolução, experimentou também as *dores* deste desenvolvimento sem participar nos seus prazeres e nas suas parciais satisfações. A actividade abstracta, por um lado, tem a sua contrapartida no sofrimento abstracto, por outro. E um belo dia, o alemão encontrar-se-á ao nível da decadência europeia, antes de alguma vez ter atingido o nível da emancipação europeia. Será comparável a um *feiticista* que sofre das doenças do cristianismo.

Se, antes de mais, se examinarem os *governos alemães*, descobrir-se-á que as condições do tempo, a situação da Alemanha, o ponto de vista da cultura alemã e, por último, o seu próprio instinto afortunado, tudo os impele a combinar as *deficiências civilizadas do mundo político moderno*, de cujas vantagens não desfrutamos, com as *deficiências bárbaras do ancien regime*, de que fruímos na quantidade devida; assim a Alemanha tem de participar cada vez mais, se não na sensatez, pelo menos na insensatez dos sistemas políticos que ultrapassam o seu *status quo*. Haverá, por exemplo, algum país em todo o mundo que, como a chamada Alemanha constitucional, participe de todas as ilusões do regime constitucional, sem ter parte nas suas realidades? E não terá sido, por necessidade, um governo alemão que teve a ideia de combinar os tormentos franceses de Se-



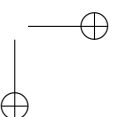


tembro ⁶, que pressupõem a liberdade de Imprensa? Assim como os deuses de todas as nações se encontravam no Panteão romano, também os *pecados* de todas as formas de Estado se encontrarão no Sacro Império Romano Germânico. Que semelhante eclectismo atingirá um grau sem precedentes é garantido sobretudo pela *glotonaria político-estética* de um rei alemão, que decide desempenhar todas as funções da realeza – feudal ou burocrática, absoluta ou constitucional, autocrática ou democrática -, se não na pessoa do povo, pelo menos na sua *própria* pessoa, e se não para o povo, ao menos para si mesmo ⁷. A *Alemanha, como deficiência da actual política constituída em sistema*, não será capaz de demolir as barreiras alemãs específicas, sem demolir as barreiras gerais da política actual.

O sonho utópico da Alemanha não é a revolução *radical*, a emancipação *humana universal*, mas a revolução parcial, meramente política, que deixa de pé os pilares do edifício. Qual a base de uma revolução parcial, *meramente* política? Apenas esta: uma *secção da sociedade civil* emancipa-se e alcança o domínio universal: uma determinada classe empreende, a partir da sua *situação particular*, uma emancipação geral da situação. Tal classe emancipa a sociedade como um todo, mas só no caso de a totalidade da sociedade se encontrar na mesma situação que esta classe; por exemplo, se possuir ou facilmente puder adquirir dinheiro ou cultura. Nenhuma classe da sociedade civil pode desempenhar este papel a não ser que consiga despertar, em si e nas massas, um momento de entusiasmo em que se associe e misture com a sociedade em liberdade, se identifique com ela e seja sentida e reconhecida como o *representante geral* da referida sociedade; os seus objectivos e interesses devem verdadeiramente ser os objectivos e os interesses da própria sociedade, da qual se torna de facto a cabeça

⁶As leis de Setembro de 1835, que aumentaram as garantias financeiras exigidas pelos editores de jornais e introduziram sanções mais pesadas para as publicações “subversivas”.

⁷Alusão a Frederico Guilherme IV.



e o coração social. Só em nome dos interesses gerais da sociedade é que uma classe particular pode reivindicar a supremacia geral. Para alcançar esta posição libertadora e a direcção política de todas as esferas da sociedade, não bastam a energia e a consciência revolucionárias. Para que a *revolução de um povo* e a *emancipação de uma classe particular* da sociedade civil coincidam, para que *uma* classe represente o todo da sociedade, outra classe tem de concentrar em si todos os males da sociedade, uma classe particular deve encarnar e representar um obstáculo e uma limitação geral. Uma esfera social particular terá de surgir como o *crime notório* de toda a sociedade, a fim de que a emancipação de semelhante esfera surja como uma emancipação geral. Para que *uma* classe seja classe libertadora *par excellence*, é necessário que outra classe se revele abertamente como a classe opressora. O significado negativo e universal da nobreza e do clero francês suscitou o significado positivo e geral da *burguesia*, a classe que junto deles se encontrava e que a eles se opôs.

Mas, na Alemanha, todas as classes carecem da lógica, do rigor, da coragem e da inconsideração que delas fariam o representante negativo da sociedade. Mais: falta ainda em todas as classes a grandeza de alma que, por um momento apenas, as identificaria com a alma popular; a genialidade que instiga a força material ao poder político, a audácia revolucionária que arremessa ao adversário a frase provocadora: *Nada sou e tudo serei*. A essência da moralidade e da honra alemãs, tanto dos indivíduos como das classes, é um *egoísmo modesto* que ostenta e deixa imperar contra si a sua própria mesquinhez. A relação entre as diferentes esferas da sociedade alemã não é, portanto, dramática, mas épica. Cada uma destas esferas começa por saber de si e por se estabelecer ao lado das outras, não a partir do momento em que é oprimida, mas desde o momento em que as condições da época, sem qualquer acção da sua parte, originam uma nova esfera que ela, por sua vez, pode oprimir. Mesmo o *sentimento de si moral da classe média alemã* só tem por base a consciência de ser o representante da mediocridade



mesquinha e limitada de toda as outras classes. Por conseguinte, não são apenas os reis alemães que sobem ao trono *mal à propos*. Cada esfera da sociedade civil sofre uma derrota antes de alcançar a vitória; levanta a sua própria barreira, antes de ter destruído a barreira que se lhe opõe; exige a estreiteza das suas vistas, antes de ostentar a sua generosidade; assim, todas as oportunidades de desempenhar um papel importante desapareceram antes de propriamente terem existido, e cada classe, no preciso momento em que inicia a luta contra a classe superior, fica envolvida numa luta contra a classe inferior. Por esta razão, os príncipes encontram-se em conflito com o monarca, a burocracia com a nobreza, a burguesia com todos eles, enquanto o proletariado já está a encetar a luta com a burguesia. A classe média dificilmente ousa conceber a ideia da emancipação a partir do seu ponto de vista, antes da evolução das condições sociais, e o progresso da teoria política mostra que este ponto de vista já se encontra antiquado ou é, pelo menos, problemático.

Na França, basta ser qualquer coisa para desejar ser tudo. Na Alemanha, ninguém tem o direito de ser qualquer coisa, sem a tudo renunciar. Na França, a emancipação parcial é o fundamento para a emancipação total. Na Alemanha, a emancipação total constitui uma *conditio sine qua non* para qualquer emancipação parcial. Na França, é a realidade, na Alemanha a impossibilidade de uma emancipação progressiva, que deve dar origem à completa liberdade. Na França, toda a classe do povo é *politicamente idealista* e se considera, antes de mais, não como classe particular, mas como representante das necessidades gerais da sociedade. Por conseguinte, o papel de *libertador* pode passar sucessivamente num movimento dramático para as diferentes classes do povo francês até que, por fim, alcança a classe que realiza a liberdade social; não já pressupondo certas condições externas ao homem, criadas todavia pela sociedade humana, mas organizando todas as condições da existência humana sob o pressuposto da liberdade social. Na Alemanha, pelo contrário, onde a vida prática é tão pouco intelectual



quanto a vida intelectual é prática, nenhuma classe da sociedade civil sente a necessidade, ou tem a capacidade, de conseguir uma emancipação geral, até que a isso é forçada pela situação *imediate*, pela necessidade *material* e pelas *próprias cadeias*. Onde existe então, na Alemanha, a possibilidade positiva de emancipação?

Resposta: Na formação de uma classe que tenha *cadeias radicais*, de uma classe na sociedade civil que não seja uma classe da sociedade civil, de uma classe que seja a dissolução de todas as classes, de uma esfera que possua carácter universal porque os seus sofrimentos são universais, e que não exige uma *reparação particular* porque o mal que lhe é feito não é um *mal particular*, mas o mal em geral, que já não possa exigir um título *histórico*, mas apenas o título humano; de uma esfera que não se oponha a consequências particulares, mas que se oponha totalmente aos pressupostos do sistema político alemão; por fim, de uma esfera que não se pode emancipar a si mesma nem emancipar-se de todas as outras esferas da sociedade sem as emancipar a todas – o que é, em suma, a *perda total* do homem, portanto, só pode redimir-se a si mesma mediante uma *redenção total* do homem. A dissolução da sociedade, como classe particular, é o *proletariado*.

Na Alemanha, o proletariado está ainda só a começar a formar-se, como resultado do movimento *industrial*; pois o que constitui o proletariado não é a pobreza *naturalmente existente*, mas a pobreza *artificialmente produzida*, não é a massa do povo mecanicamente oprimida pelo peso da sociedade, mas a massa que provém da *desintegração aguda* da sociedade e, acima de tudo, da desintegração da classe média. Desnecessário se torna dizer, porém, que os números do proletariado foram também engrossados pelas vítimas da pobreza natural e da servidão germano-cristã. Quando o proletariado anuncia a *dissolução da ordem social existente* apenas declara o *mistério da sua própria existência*, porque é a *efectiva* dissolução desta ordem. Quando o proletariado exige a *negação da propriedade privada*, apenas estabelece como *princípio da sociedade* o que a sociedade já elevava a princípio do *proletariado* e o que *este*



já involuntariamente encarna enquanto resultado negativo da sociedade. O proletário encontra-se assim, em relação ao mundo que está ainda a surgir, no mesmo direito em que o *rei alemão* está relativamente ao mundo já existente, quando chama ao povo o seu povo ou a um cavalo o seu cavalo. Ao declarar o povo como sua propriedade privada, o rei afirma simplesmente que quem detém a propriedade privada é rei.

Assim como a filosofia encontra as armas *materiais* no proletariado, assim o proletariado tem as suas armas *intelectuais* na filosofia. E logo que o relâmpago do pensamento tenha penetrado profundamente no solo virgem do povo, os *Alemães* emancipar-se-ão e tomar-se-ão *homens*.

Façamos agora a síntese dos resultados: A emancipação dos Alemães só é possível na *prática*, se se adoptar o ponto de vista *da* teoria, segundo a qual o homem é para o homem o ser supremo. Na Alemanha, a emancipação em relação à *Idade Média* só é possível enquanto emancipação ao mesmo tempo das vitórias *parciais* sobre a Idade Média. Na Alemanha, *nenhum* tipo de servidão será abolido, se *toda* a servidão não for destruída. A Alemanha, que é *profunda*, não pode fazer uma revolução, sem se revolucionar *a partir do fundamento*. A emancipação do alemão é a emancipação do homem. A filosofia é a *cabeça* desta emancipação e o proletariado o seu *coração*. A filosofia não se pode realizar sem a abrogação do proletariado, o proletariado não se pode abrogar sem a realização da filosofia.

Quanto se tiverem satisfeito todas as condições internas, anunciar-se-á o *dia da ressurreição alemã* com o *cantar do galo gaulês*.

* * *

O texto alemão original está disponível, entre outros, nos seguintes electro-sítios:

[Zur Kritik der Hegelschen Rechtsphilosophie](#)
[Klassikerbibliothek der KPP](#)

www.lusosofia.net

